



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma LEI ORDINÁRIA Nº 2872/1992		
Ementa DISPÕE SOBRE LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS FARMACÊUTICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		
Data da Norma 03/08/1992	Data de Publicação	Veículo de Publicação
Status de Vigência Revogada		
Histórico de Alterações		
Data da Norma 29/03/1999	Norma Relacionada Lei Ordinária nº 3706/1999	Efeito da Norma Relacionada Revogada pela



Câmara
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 2.872 DE 03 DE AGOSTO DE 1992

"Dispõe sobre localização de estabelecimentos farmacêuticos e dá outras providências."

O DR. CLAIN FERRARI, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica vedada a concessão de licença para localização e funcionamento de drogarias, farmácias e postos de manipulação, homeopáticos ou de produtos naturais no Município de Indaiatuba, dentro de um raio de 500 (quinhentos) metros de outro estabelecimento congênera em funcionamento.

§ 1º - As disposições deste artigo não se aplicam quando uma dessas atividades a ser instalada for de propriedade de farmacêutico ou sociedade de farmacêuticos, desde que se configure como instrumento de trabalho e, quando a sociedade ou os sócios não possuam outro estabelecimento do ramo.

§ 2º - No curso do funcionamento do estabelecimento de que trata o parágrafo anterior, este não poderá perder as características de instrumento de trabalho, e no caso de transferência, os novos proprietários deverão de ser sociedade de farmacêuticos.

§ 3º - Os farmacêuticos proprietários ou sócios deverão estar habilitados, mediante inscrição nos termos da Lei Federal nº 3.820 de 11 de novembro de 1960.

Art. 2º - Fica assegurado o funcionamento de drogarias, farmácias, postos de manipulação, homeopáticos ou de produtos naturais, já legalmente instalados até a vigência dessa lei, mesmo que, em caso de sociedades, venham sofrer alteração da razão social.

§ 1º - As empresas legalmente licenciadas, em pleno funcionamento, e que forem obrigadas a interromper suas atividades comerciais, nas condições de locatárias, bem como na de desapropriadas e, desejando continuar nas imediações, ficam com o direito de transferirem-se respeitando a distância



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

ESTADO DE SÃO PAULO

máxima de 200 (duzentos) metros do local em que estavam licenciadas originalmente, sendo que, quaisquer mudanças subsequentes a esta primeira deverão tomar como ponto de origem, sempre o que constar do primeiro alvará de funcionamento.

§ 2º - Os direitos de que tratam este artigo e seu parágrafo primeiro, estendem-se àqueles que vierem a se tornar proprietários de tais estabelecimentos por direito imediato de compra ou sucessão.

Ar. 3º - As drogarias, farmácias, postos de manipulação, homeopáticos ou de produtos naturais, que vierem a se instalar no interior de terminais rodoviários, hipermercados, super-lojas ou shopping center não sujeitar-se-ão aos preceitos do artigo 1º e ao § 1º do artigo 2º desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Indaiatuba,
aos 03 de agosto de 1992.


DR. CLAIN FERRARI
PREFEITO MUNICIPAL